DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Da elaboração à aplicação de engajamentos regionais e internacionais em matéria de desenvolvimento sustentável: o papel dos parlamentares

Síntese das conferências e discussões do sábado, 20 de setembro de 1997

Presidente:

Sr. Montgomery Maule
Presidente da Assembléia de St. Vincent and the Grenadines

Vice-presidente:

Sr. Henri-François Gautrin
Deputado na Assembléia Nacional de Quebec

Conferencistas:

Sr. Emigdio Flores Calpiñeiro
Deputado na Câmara dos Deputados da República da Bolívia
Presidente do Parlamento Amazônico

Sr. Bob Mills
Deputado na Câmara dos Comuns do Canadá

Sr. Humberto Peláez Gutiérrez
Secretário-Executivo do Parlamento Latino-Americano

Secretário:

Sr. Jean-Guy Pelletier
Assembléia Nacional de Quebec

***O Sr. Emigdio Flores Calpiñeiro** é deputado na Câmara dos Deputados da República da Bolívia, onde foi Presidente da Comissão do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Presidente da Comissão das Ciências e da Tecnologia. Após ter exercido as funções de vice-presidente do Parlamento Amazônico, assumiu sua presidência até 1998. Formado em Sociologia pela Universidade Paul Valéry na França, o Sr. Flores Calpiñeiro assumiu, de 1979 a 1980, a função de coordenador da Corporação de Desenvolvimento de CORDEPANDO na Bolívia. De 1982 a 1988, foi professor na Universidade Federal do Acre no Brasil e também coordenador técnico da Comissão de Planejamento Agrícola do Estado do Acre.*

O Sr. Flores Calpiñeiro apresenta inicialmente o Parlamento Amazônico que reúne parlamentares dos países da bacia amazônica, e cujo objetivo é reforçar os laços políticos e legislativos entre os oito países membros: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Também salienta que esta organização toma numerosas iniciativas referentes ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável e à diversidade biológica, principalmente pela elaboração de um quadro legislativo que trata da diversidade biológica, dos parques nacionais, das espécies ameaçadas e dos recursos florestais. O Parlamento Amazônico trabalha também em um projeto de Fundos para a Amazônia, cujo objetivo é angariar recursos para o financiamento de projetos regionais que se enquadram na ótica do desenvolvimento sustentável.

Os parlamentares têm principalmente três tarefas dentro de seu Congresso Nacional: legislar, supervisionar as medidas adotadas pelo poder executivo e enfim atender as demandas de seus eleitores. Segundo o Sr. Flores Calpiñeiro, eles podem contribuir, através de cada uma de suas tarefas, para o debate e o processo de desenvolvimento sustentável. Na opinião do Conferencista, é possível que uma política respeite os critérios do desenvolvimento sustentável. Para ele, a criação de ministérios do desenvolvimento sustentável constitui, além do mais, uma meio eficiente de atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável. Entretanto, ainda é preciso que estes ministérios possuam os poderes apropriados para levar em consideração suas dimensões política, social e econômica e principalmente, um direito de dar uma olhada nos investimentos públicos e privados.

A integração de medidas relativas ao desenvolvimento sustentável entre nossos respectivos países não é apenas uma necessidade, é uma necessidade imperiosa. Neste sentido, o processo de integração não é uma ameaça ao desenvolvimento sustentável. Pelo contrário, é necessário realizar um trabalho construtivo a partir dos nossos textos de leis, a fim de garantir uma melhor coordenação e permitir assim aos nossos países integrar-se em conjuntos mais vastos. Referente a este aspecto, a formação de comissões que tratarão da integração e dos grandes projetos de infra-estruturas, tal como a construção do oleoduto entre a Bolívia e Brasil, surge como um elemento incentivador. As discussões sobre este assunto visarão principalmente atenuar os efeitos diretos e indiretos destas obras no meio ambiente e nas comunidades autóctones.

Sem sistema democrático não podemos falar em desenvolvimento sustentável, pois a estabilidade política conduz à estabilidade econômica, e esta última nos possibilita aspirar a outros projetos, como o desenvolvimento sustentável e a integração em grande escala. O Sr. Flores Calpiñeiro está satisfeito de ver que existe, doravante, a preocupação com o meio ambiente, mas lança um grito de alerta referente à corrida armamentista que atualmente prevalece na América Latina. Na sua opinião, os parlamentares dispõem de muitos meios para favorecer o alcance de um desenvolvimento sustentável e podem exercer pressões nos poderes executivos, a fim de fazer progredir a integração e garantir a adoção das leis necessárias.

O Sr. Bob Mills *é deputado da Câmara dos Comuns do Canadá desde outubro de 1993. É o porta- voz da Oposição Oficial em matéria de assuntos internacionais e é membro do Comitê da Câmara dos Comuns sobre os Assuntos Exteriores e o Comércio Internacional. Antes de iniciar*

sua carreira política, o Sr. Mills diplomou-se em Ciências e em Educação pela Universidade de Saskatchewan. Em seguida cursou dois anos de licenciatura em História e em Biologia. De 1965 a 1979, lecionou Biologia na Escola de 2o Grau Lindsay Thunder Comprehensive de Red Deer. Em 1979, montou a Agência de Viagens Mills Travel Limited, pela qual recebeu em 1992 o Prêmio Travel Hall of Fame Award em Orlando nos Estados Unidos.

O desenvolvimento sustentável tornou-se, neste fim de século, uma palavra passe livre, um carrega tudo, que temos o dever de explicar. O desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que satisfaz às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas também. Devemos reconhecer também que nossa compreensão do que é desenvolvimento sustentável se modificará com o passar do tempo, já que é dinâmica. Cada geração tem a responsabilidade de dirigir seu desenvolvimento sem causar danos irreparáveis ao meio ambiente.

A pobreza é um dos principais inimigos do desenvolvimento sustentável. Deve-se não só elevar o padrão de vida para que todos possam se beneficiar das condições mínimas de vida, mas deve-se ainda investir na educação, na saúde, na pesquisa, nas rodovias, nas comunicações, na produção de energia, na moradia, no abastecimento de água potável e na gestão de resíduos.

A rapidez das mudanças e os progressos tecnológicos fazem com que, hoje, não possamos imaginar o que vai acontecer no século 21. Por exemplo, as mudanças ocorridas no setor da agricultura nos últimos 25 anos no Canadá foram extraordinárias: a rotação das culturas, o aprimoramento dos equipamentos e as novas técnicas, tudo contribuiu para o incremento da produtividade.

Há 30 anos, pensava-se que a população mundial continuaria aumentando desmesuradamente; mas, pelo contrário presenciamos uma diminuição do índice do crescimento demográfico. Não obstante, as Nações Unidas estimam que na metade do século 21 haverá 10 bilhões de habitantes na Terra. Será que nosso ecossistema poderá garantir a subsistência do dobro da população atual? A resposta é sim, se aumentarmos, através da utilização de novas tecnologias, a produtividade das terras dos países em desenvolvimento.

Além disto, os 28 países aqui representados deveriam também colaborar a fim de assegurar a gestão dos recursos renováveis. As atuais fontes de energia podem acabar um dia, o que aumentaria seu custo. Para ser mais preciso, é necessário entretanto acrescentar que as soluções sobressalentes se tornarão mais competitivas e que as práticas de preservação da energia aumentarão. Daqui até o fim do século 21, disporemos de fontes de energia das quais hoje nem fazemos idéia de sua existência.

Não devemos esquecer que a biosfera é um sistema fechado. Assim, para o século 21, é necessário nos concentrarmos no desenvolvimento de novas tecnologias de reciclagem a fim de maximizar a utilização dos recursos extinguíveis. Os de enterramento de lixo são um modo ineficiente de dipor de recursos. De fato, mais materiais deveriam ser reciclados em vez de serem

jogados fora.

Para o Sr. Mills, é essencial que os parlamentares trabalhem na implementação do conceito de desenvolvimento sustentável dentro de seus respectivos países, cooperando e estabelecendo parcerias. Além disto, se desejamos assegurar um desenvolvimento sustentável dentro das Américas, uma atitude dinâmica deve ser adotada, a fim de auxiliar os Estados menos avançados neste setor a estabelecer e fazer respeitar normas ambientais. O Sr. Mills deseja acima de tudo que os parlamentares consigam dar novamente esperança aos jovens das Américas.

O Sr. Humberto Peláez Gutiérrez *é secretário-geral do Parlamento Latino-Americano. Foi senador da República da Colômbia de 1974 a 1994, período durante o qual presidiu o Congresso da Colômbia e também a Comissão de Orçamento e a das Relações Exteriores do Senado. Ocupou os cargos de vice-presidente e presidente do Parlamento Andino, de 1986 a 1989. De 1982 a 1995, foi vice-presidente, presidente, secretário-geral e diretor da cadeira permanente do Parlamento Latino-Americano.*

Durante os últimos cinquenta anos, retiramos da Terra muito mais que no decorrer dos séculos anteriores e, neste mesmo período, aumentamos nossa capacidade de destruí-la. A indiferença geral diante destes fenômenos generalizou-se também. Hoje em dia, menos de um quarto da população mundial consome três quartos das matérias-primas e produz 75% dos lixos sólidos. É por isto que, segundo o Sr. Peláez Gutiérrez, temos de reconhecer um imperativo absoluto: o de proteger o meio ambiente e assegurar um desenvolvimento sustentável, que é definido pelas Nações Unidas como "o desenvolvimento equilibrado dos nossos atuais recursos, sem que sejam comprometidos o desenvolvimento e os recursos das futuras gerações." Não temos direito de propriedade absoluta e permanente sobre o capital ecológico da Terra, somos apenas os inquilinos deste planeta.

No decorrer da última década, o tema meio ambiente foi a ordem do dia de quase todas as conferências internacionais. Os assuntos que surgem com maior frequência nas diferentes declarações e acordos internacionais envolvem principalmente a proteção da atmosfera, da biodiversidade, do meio ambiente, das florestas, da água, do meio marítimo, e também as questões relacionadas aos lixos tóxicos e perigosos, à biotecnologia, às populações autóctones, à ciência e à tecnologia, ao quadro legal e jurídico, ao reforço institucional, aos recursos financeiros e ao comércio internacional.

Existe um consenso sobre um certo número de princípios fundamentais explicando a origem de certos problemas de meio ambiente, tais como o subdesenvolvimento, o efeito estufa e a soberania que os Estados possuem na exploração de seus recursos naturais. A Cúpula da Terra também salientou o fato que os desafios de meio ambiente estão intimamente relacionados às questões de consumo, crescimento demográfico e crescimento das desigualdades econômicas dentro das populações.

Entretanto, apesar desta constatação, não só a situação global do planeta não melhorou, mas continuou se deteriorando em certos setores. É preciso reconhecer que há uma verdadeira vontade política para operacionalizar medidas rígidas que visem solucionar os problemas que causam impactos negativos no meio ambiente.

Diferentes meios concretos devem ser identificados para corrigir os erros do passado. A solução está estreitamente vinculada à adoção de uma nova atitude referente à cooperação internacional, o que poderia resultar em um crescimento dos recursos financeiros, um melhor acesso para tecnologias, um aumento do intercâmbio comercial e a resolução do problema da dívida externa.

Uma sugestão interessante consiste no que poderíamos chamar de "participação consciente", ou seja, um compromisso social e uma tomada de consciência através da educação. Dois conceitos fundamentais estão assim associados: o desenvolvimento sustentável e a democracia participativa. Para isto, a ação conciliada de todos os agentes da sociedade surge como um elemento de apoio indispensável à ação parlamentar. Cada assembléia legislativa tem a tripla função de legislar, controlar e discutir os problemas sociais, além de garantir uma função de coordenação. Este trabalho deveria ser realizado tanto pelos Parlamentos como pelas organizações parlamentares internacionais, que constituem importantes tribunas de discussão e análise. Os Parlamentos nacionais devem então ratificar as convenções internacionais e zelar pela sua implementação.

O Parlamento Latino-Americano, que reúne 22 países, é um exemplo de órgão regional de caráter permanente. Ele foi criado com o objetivo de exercer o papel de fórum político de alto nível, atuar como promotor do desenvolvimento e da integração, no quadro da democracia absoluta. Além das atividades do próprio Parlamento, várias comissões foram instituídas a fim de estabelecer um laço essencial com os diversos Parlamentos de países membros e com numerosas organizações, tais como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Comissão Interparlamentar Latino-Americana para o Meio Ambiente e, no quadro das conferências interparlamentares, com o Parlamento Europeu.

Devemos nos tornar portadores de uma mensagem de esperança baseada na necessidade de estabelecer um mundo de cooperação. A aplicação do Programa Ação 21, adotado na Cúpula da Terra em 1992, não só é possível mas imperativa, tanto no plano econômico como ambiental. Devemos fazer com que o crescimento econômico não conduza à destruição do ser humano, e que o desenvolvimento industrial não deteriore o meio ambiente de maneira irreversível. Em suma, toda estratégia de desenvolvimento deve dar prioridade ao futuro e ao desenvolvimento sustentável no mundo.

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES

Um delegado brasileiro menciona que, além da ratificação dos acordos internacionais, como o Programa Ação 21, os países devem respeitar seus compromissos, sem o qual estes processos não levam a nada. Também enfrentamos coletivamente um problema de redistribuição das riquezas, pois há muitas riquezas nas mãos de um número bastante reduzido e miséria demais nas

mãos de outros.

Um deputado de El Salvador lamenta o fato que os acordos internacionais nem sempre dão os resultados esperados, porque os Parlamentos locais não assumem sua responsabilidade de controlar e supervisionar a poluição.

Um interveniente pergunta se é levado em consideração o desenvolvimento sustentável na exploração de minérios na América Latina. O Sr. Péláez Gutiérrez faz a observação que a exploração de minérios é uma das principais fontes de poluição, mas retificações estão sendo feitas, a fim de regulamentar a exploração de minérios e proteger o meio ambiente.

Outros afirmam que o Peru está implantando leis mais severas, a fim de permitir ao país desenvolver-se, respeitando o que foi acordado no Rio em 1992. Por exemplo, uma lei acaba de ser promulgada para que todo projeto de investimento tenha de vir acompanhado de uma avaliação dos impactos no meio ambiente .

Segundo um interveniente, o Parlamento Latino-Americano deveria ter a capacidade de exercer pressão nos parlamentos locais para fazê-los assumir suas responsabilidades. Um delegado de El Salvador fez a observação que leis são votadas para punir aqueles que não respeitam os acordos e que, na sua opinião, não devemos nos contentar em puni-los, mas também recompensar aqueles que respeitam os acordos.

Um interveniente salienta que assembléias como esta possibilitam sensibilizar os parlamentares no que se refere às questões ambientais. Um delegado menciona que as mulheres estiveram muito pouco presentes nestas sessões e que ele espera que elas exerçam um papel mais importante na próxima vez. O conjunto dos participantes concorda em afirmar que é chegado o momento de não mais discutir, mas adotar medidas concretas.